



O inquisidor foge da cruz

LAVA JATO Dallagnol deixa o comando da força-tarefa de Curitiba antes de responder por seus crimes

POR RODRIGO MARTINS

Dante de uma multidão que pretendia linchá-lo, Pinheiro Machado, conhecido como o “condestável da República”, cunhou uma famosa frase ao responder ao cocheiro sobre a melhor forma de escapar da turba enfurecida: “Nem tão devagar que pareça afronta, nem tão depressa que pareça medo”. Mais ou menos assim, Deltan Dallagnol anunciou na terça-feira 1º a sua demissão da chefia da força-tarefa da Operação Lava Jato em Curitiba. Beneficiado pela letargia do Conselho Nacional do Ministério Público e por aliados no Supremo Tribunal Federal, o procurador missionário conseguiu escapar à punição por seu histórico de ilegalidades, abusos e perseguições. Sabia, porém, que a maré poderia virar a qualquer momento e preferiu sair pela porta dos fundos antes de responder por seus atos em praça pública. Em vídeo divulgado nas redes sociais, atribuiu o afastamento à necessidade de dedicar-se ao tratamento da filha de 1 ano e 10 meses, com problemas de atraso no desenvolvimento. “Nossa filhinha está passando por uma série de exames para um diagnóstico que ainda vai demorar nove semanas.”

O substituto de Dallagnol será o também

procurador Alessandro José Fernandes de Oliveira e a troca está longe de ser seis por meia dúzia, como o ex-titular da força-tarefa deu a entender em sua despedida. Com a mudança, a operação ganhou mais um ano de vida. Oliveira integrava a equipe comandada pela subprocuradora Lindôra Maria Araújo, braço direito do procurador-geral da República, Augusto Aras, responsável pelo acompanhamento dos casos da Lava Jato em Brasília. No fim de junho, Araújo tentou, sem sucesso, uma diligência no QG da força-tarefa em Curitiba, com o objetivo de examinar a “caixa de segredos” da turma, como Aras se refere aos dados sigilosos de mais de “38 mil investigados”, um gigantesco acervo de “350 terabytes”.

Liderados por Dallagnol, os 14 procuradores da equipe se rebelaram, com ameaças de demissão e uma denúncia diversionista à Corregedoria do Ministério Público Federal. Onde se viu a Procuradoria-Geral solicitar o compartilhamento

de dados? Foi preciso Aras recorrer ao Supremo Tribunal Federal para conseguir acessar as informações. No início de julho, o presidente da Corte, Dias Toffoli, determinou que as forças-tarefas da Lava Jato em Curitiba, Rio de Janeiro e São Paulo compartilhassem todas as informações.

Desde junho do ano passado, a pressão sobre Dallagnol só aumenta. Na ocasião, o site The Intercept revelou mensagens trocadas pelo aplicativo Telegram entre o então juiz Sérgio Moro e procuradores da Lava Jato, a desnudar um conluio entre o órgão julgador e o de acusação contra determinados réus, em especial o ex-presidente Lula. As mensagens indicam que o magistrado, inclusive, orientou ilegalmente as ações do Ministério Público, como negociações de delações e inclusão de provas em processo.

O escândalo da Vaza Jato revelou ainda que integrantes da força-tarefa curitibana cogitaram investigar ministros do STF e Dallagnol tentou aproveitar a fama conquistada com a operação para lucrar no mercado de palestras. Não por acaso, o procurador colecionou dezenas de denúncias no CNMP. No fim de agosto, às vésperas do julgamento de dois procedimentos disciplinares contra si, foi salvo por uma

liminar de última hora concedida pelo ministro Celso de Mello, decano do STF, que depois pediu afastamento da Corte por razões médicas.

Os processos disciplinares em questão foram apresentados pelos senadores Renan Calheiros, do MDB, e Kátia Abreu, do PP. O primeiro acusa o procurador de tentar influenciar as eleições para a presidência do Senado no ano passado. De



Aras recupera o controle sobre a força-tarefa curitibana



TAMBÉM
NESTA
SEÇÃO



pág. 24

Educação. As faculdades privadas pedem socorro para superar a crise



"Razões familiares",
alegou o procurador

fato, o coordenador da Lava Jato fez intensa campanha contra a recondução de Calheiros, por meio de publicações nas redes sociais, vídeos, entrevistas e até mesmo um abaixo-assinado, em favor da escolha de candidatos com "passado limpo" e que apoiam as "dez medidas contra a corrupção", projeto de lei inventado por ele e outros colegas da operação. Kátia Abreu, por sua vez, questiona o acordo firmado pela Lava Jato curitibana com a Petrobras para destinar 2,5 bilhões de reais recuperados pela operação e que seriam geridos pelos próprios procuradores.

Antes de Celso de Mello trancar a análise dos casos, o ministro Luiz Fux havia aliviado a barra de Dallagnol. No ano passado, o CNMP aplicou uma advertência ao procurador, que declarou em entrevista à rádio CBN que uma "panelinha" do STF passa a mensagem de "leniência" a favor da corrupção em algumas decisões. Apesar da gravidade da acusação contra o

tribunal que passará a presidir neste mês, Fux entendeu que a advertência não poderia ser usada para agravar a punição de Dallagnol, caso ele viesse a ser julgado e condenado pelos seus pares.

A intervenção não surpreende. A Vaza Jato expôs a proximidade de Fux com os lavajatistas. Logo após o *impeachment* de Dilma Rousseff, o procurador conversou com o então juiz Sérgio Moro sobre o cenário na corte. "[Fux] disse para contarmos com ele para o que precisarmos, mais uma vez", relatou Dallagnol. "Excellente. In Fux we trust", respondeu Moro.

**O substituto,
Alessandro Oliveira,
é ligado ao
procurador-geral
Augusto Aras**

Dallagnol também acabou beneficiado pela letargia do CNMP. Depois de adiar a análise de um processo administrativo 42 vezes, o órgão corregedor decidiu arquivar o caso do *PowerPoint*, quando o procurador convocou uma espetacular coletiva de imprensa para apresentar Lula como chefe da organização criminosa que saqueou a Petrobras. A razão? Os atos ilícitos imputados ao procurador prescreveram. Detalhe: o ex-presidente nem sequer foi denunciado por formação de quadrilha.

A sorte parecia, porém, com os dias contados. O mesmo conselho recorreu da liminar concedida por Celso de Mello. Com o afastamento do magistrado, o caso foi redistribuído para Gilmar Mendes, que nos últimos meses converteu-se em um ferrenho crítico dos métodos da inquisição curitibana. Além disso, a Segunda Turma do STF não para de apontar falhas nos processos da Lava Jato, anulando denúncias e condenações. O último beneficiado foi o ex-senador e ministro do TCU Vital do Rêgo Filho, cuja ação penal em tramitação na 13ª Vara Federal de Curitiba acabou suspensa. Entre os motivos apontados pelo colegiado figura o fato de a denúncia ser ancorada apenas na palavra de delatores. "O inquérito se baseia em provas e indícios indiretos, em conjecturas e ilações que não podem sustentar as investigações", observou Mendes.

Na quarta-feira 2, a Lava Jato sofreu outro baque. Em ofício encaminhado à PGR, os oito procuradores da força-tarefa em São Paulo pediram para deixar seus cargos no grupo, alegando "incompatibilidades insolúveis" com a procuradora natural da operação, Viviane Martinez. Ao CNMP, eles relataram ainda que a colega retardou investigações que atingiram a cúpula paulista do PSDB, em particular o senador José Serra, acusado de receber propinas da Odebrecht. •